

**---N.º 4/2023 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE ONZE DE MAIO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS. -----**

--- Aos onze dias do mês de maio de dois mil e vinte e três, nesta cidade de Vila Nova de Famalicão, reuniu, ordinariamente, para continuação da reunião de cinco de maio, no seu salão, a Assembleia Municipal deste concelho, com a seguinte:-----

**----- ORDEM DE TRABALHOS -----**

**---QUARTO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS, E ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL ATÉ AO VALOR DE 746.150,00€ (SETECENTOS E QUARENTA E SEIS MIL, CENTO E CINQUENTA EUROS), ISENTA DE IVA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA AL. B) DO N.º 1 DO ARTIGO 18.º, DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO. TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----**

**---QUINTO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA O PROVIMENTO DE LUGARES DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU VISANDO O PROVIMENTO DOS LUGARES DE CHEFE DE DIVISÃO DAS SEGUINTE UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS: DIVISÃO DE JUVENTUDE, TURISMO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA; DIVISÃO DE SOCIEDADE E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, E APROVAÇÃO DOS RESPECTIVOS JÚRIS. TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----**

**---SEXTO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA O PROVIMENTO DE LUGARES DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU VISANDO O PROVIMENTO DOS LUGARES DE CHEFE DE SERVIÇO DE**

MERCADOS E FEIRAS; CHEFE DE SERVIÇO DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO; CHEFE DE SERVIÇO DE SENSIBILIZAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL, E APROVAÇÃO DOS RESPECTIVOS JÚRIS. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---**SÉTIMO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE REGULAMENTO PARA ATIVIDADE DE PARTILHA DE VELOCÍPEDES, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO PREVISTO NA ALÍNEA K), DO N.º 1, DO ARTIGO 33.º E NA ALÍNEA G), DO N.º 1, DO ARTIGO 25.º, AMBOS DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---**OITAVO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DESAGREGAÇÃO DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE LEMENHE, MOUQUIM E JESUFREI. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---**NONO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE APOIO FINANCEIRO À FREGUESIA DE RIBA DE AVE, ATÉ AO MONTANTE DE 238.000,00 € (DUZENTOS E TRINTA E OITO MIL EUROS), DESTINADO A COMPARTICIPAR NAS DESPESAS DA EXECUÇÃO DA OBRA DE DEMOLIÇÃO E CONSTRUÇÃO DE MURO NO CEMITÉRIO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---**DÉCIMO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE CRUZ, FREGUESIA DE GAVIÃO, FREGUESIA DE OLIVEIRA S. MATEUS, UNIÃO DE FREGUESIAS ARNOSO (ARNOSO STA. MARIA E ARNOSO STA. EULÁLIA) E SEZURES E UNIÃO DE FREGUESIAS DE CARREIRA E BENTE, E ASSUNÇÃO DOS COMPROMISSOS RESULTANTES DA MINUTA DO “CONTRATO

INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS” EM ANEXO, PARA O ANO DE 2023, DE TRANSFERÊNCIA DE VERBAS. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

**---DÉCIMO PRIMEIRO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS - DGAL 2024 E ATUALIZAÇÃO DOS VALORES A TRANSFERIR PARA AS FREGUESIAS, PARA O ANO 2024, CELEBRAÇÃO DOS AUTOS DE TRANSFERÊNCIA, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA M) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º E ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º, AMBOS DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

**---DÉCIMO SEGUNDO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA NOMEAÇÃO COMO AUDITOR EXTERNO E RESPONSÁVEL PELA CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS O DR. JOSÉ LUIS PINTO DE AZEVEDO, ROC N.º 626, PARA O PERÍODO DAS CONTAS ANUAIS DE 2023, 2024 E 2025. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

--- A Mesa, presidida por Luís Ângelo Rodrigues Oliveira e secretariada por Susana Patrícia da Silva Ferreira e Carmen Rodrigues Araújo, verificou a existência de "quórum" e assinalou as seguintes presenças e faltas:-----

---ADELINO SILVA COSTA -----

---ANA ISABEL MACEDO FALCÃO FERNANDES-----

---ANA ISABEL MENDANHA CARVALHO-----

---ANTÓNIO AFONSO ARAÚJO REBELO-----

---ANTÓNIO EMÍDIO BRANDÃO DE PINHO-----

---ANTÓNIO FERNANDO SANGUEDO MEIRELES- FALTOU JUSTIFICOU -----

- ANTÓNIO FRANCISCO COSTA OLIVEIRA -----
- ANTÓNIO JOSÉ DINIS PEREIRA -----
- ANTÓNIO MANUEL CARVALHO GOMES -----
- ARMINDO FERNANDES GOMES -----
- ARTUR JORGE SAMPAIO FERNANDES DA SILVA -----
- AVELINO FREITAS SILVA -----
- BERNARDINO GOMES MARTINS -----
- BRUNO JOAQUIM TORRES PINHEIRO CUNHA -----
- CAMILO DE LELLIS SERRANO GARCIA DE ARAÚJO -----
- CARLOS ALBERTO COSTA FERNANDES -----
- CARLOS ALBERTO COSTA GOMES -----
- CARLOS MANUEL MARTINS VALENTE -----
- CARMEM RODRIGUES ARAÚJO -----
- CÉLIA MARIA OSÓRIO COSTA -----
- CLAÚDIO JOSÉ MONTEIRO CADEIA -----
- DUARTE ANTENOR SILVA VEIGA -----
- ELISA MARIA DOMINGUES DA COSTA -----
- ELSA CRISTINA SALGADO LOPES -----
- FÁTIMA SANDRA SILVA MARTINS ARAÚJO -----
- FERNANDO JORGE FERREIRA SILVA -----
- FIRMINO VILA VERDE COSTA -----
- FRANCISCO JOSÉ NOGUEIRA GONÇALVES -----
- FRANCISCO RODRIGUES SÁ- FALTA-JUSTIFICADA -----
- GERMANO ANTÓNIO SILVA ARAÚJO -----
- HEITOR RUI SANTOS BERNARDO -----
- HÉLDER BRUNO FERREIRA LOPES -----

---JOANA GOMES FERNANDES -----  
---JOÃO PEDRO RODRIGUES FONSECA CASTRO -----  
---JOAQUIM MARTINHO DA COSTA TEIXEIRA-----  
---JORGE JOAQUIM DOMINGUES COSTA -----  
---JOSÉ CARLOS SILVA LIMA -----  
---JOSÉ JOAQUIM OLIVEIRA MACHADO -----  
---JOSÉ JOAQUIM SOUSA GONÇALVES PEREIRA -----  
---JOSÉ LUÍS SAMPAIO ALVES-----  
---JOSÉ MIGUEL TEIXEIRA CAMPOS -----  
---JUDITE CELESTE RIBEIRO COSTA -----  
---LAURINDA DA COSTA MACIEL-----  
---LEONEL AGOSTINHO AZEVEDO ROCHA -----  
---LILIANA MARIA MARQUES RIBEIRO -----  
---LUCA CARNEIRO PINHAL -----  
---LUÍS ÂNGELO RODRIGUES OLIVEIRA -----  
---LUÍS ANTÓNIO FERREIRA MIRANDA DA SILVA -----  
---MANUEL FRANCISCO CARVALHO OLIVEIRA -----  
---MANUEL JOÃO FERNANDES NASCIMENTO- FALTA-JUSTIFICADA -----  
---MANUEL JOAQUIM FARIA SILVA -----  
---MANUEL LIMA SOARES -----  
---MANUEL NOVAIS OLIVEIRA-----  
---MANUEL SILVA ALVES-----  
---MARIA ESTELA SÁ VELOSO CARDONA-----  
---MARIA ISABEL DA CUNHA FREITAS SILVA -----  
---MÓNICA ANDREIA MOREIRA AZEVEDO FARIA-----  
---PAULA MARIA RODRIGUES COSTA AZEVEDO -----

---PAULO JORGE BARBOSA OLIVEIRA-----

---PEDRO JORGE SOUSA SANTOS-----

---PEDRO MIGUEL DA CRUZ ARAÚJO-----

---PEDRO TIAGO DA SILVA OLIVEIRA-----

---RICARDO GABRIEL MENDES VALE-----

---RICARDO JOSÉ MESQUITA CARVALHO COSTA-----

---RICARDO MIGUEL REGO MESQUITA-----

---RUI PEDRO PACHECO ALVES-----

---SUSANA PATRÍCIA SILVA FERREIRA-----

---TÂNIA DANIELA CARVALHO SILVA-----

---TOMÁS MANUEL CUNHA E SOUSA-----

--- Verificado o quórum deu-se início à sessão com o período de esclarecimentos: -----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO (LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA)** – Informa que o Presidente da Assembleia não pode estar presente e solicita ao Grupo Municipal do CDS um Membro para integrar a Mesa da Assembleia, deu início à Ordem de Trabalhos.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

---**QUARTO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS, E ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL ATÉ AO VALOR DE 746.150,00€ (SETECENTOS E QUARENTA E SEIS MIL, CENTO E CINQUENTA EUROS), ISENTA DE IVA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA AL. B) DO N.º 1 DO ARTIGO 18.º, DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO. TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Só para dizer que relativamente a esta proposta, uma proposta habitual, trata-se de um concurso público internacional para aquisição de serviços de seguros, nomeadamente, seguros de acidentes de trabalho, seguros da frota automóvel, seguros multiusos de responsabilidade civil e de acidentes pessoais. -----

---**JORGE COSTA (PS)** – Em atalho de foice duas ou três coisas. A Primeira, é a terceira sessão consecutiva que o Nuno Melo não está cá. Claro que tem direito a faltar, acho que aqui ninguém tem saudades dele, mas os famalicenseis sabem que este homem ocupa um cargo, que de facto, não ocupa e, portanto, é preciso fazer denúncia pública da falta de seriedade no exercício. Já sei que tem quinhentos mil compromissos, mas não devia ter assumido este se sabia de antemão que não o ia cumprir da forma reiterada que o tem feito. Fica por isso este reparo aqui, que nós os famalicenseis não andamos assim distraídos como possa parecer. Bom, serve também aí a talho de foice, a oportunidade para acusar a maioria CDS-PSD, esta velha maioria, de querer depauperar o exercício da política, como, estamos aqui pela terceira noite consecutiva numa reunião em que o PS e a CDU tiveram a oportunidade de avisar que as grelhas excediam em muitas horas o tempo normal de discussão. A maioria servindo-se da ditadura da maioria impôs que uma única reunião já vá na terceira noite, para quê, para evitar uma discussão séria sobre os assuntos, para evitar o escrutínio da Câmara e para evitar tudo aquilo. Já assim foi na Grécia Antiga, no tempo do sufismo, os sufistas eram filósofos que tornaram a discussão pública e política redonda, só iam os ricos, aqueles que tinham dinheiro, só esses é que podiam ir para a política porque os outros estavam completamente arredados. E aqui cabe um louvor à CDU, pela coragem política que tem tido de não concordar com estas coisas e um reparo ao CHEGA, com a sua conivência cúmplice e não denúncia desta situação reiterada de acumular horas e horas de discussão numa única sessão quando se sabe que somadas aquelas horas todas não

cabem, ao CHEGA falta coragem política para assumir lá fora a denúncia disto, e aqui, não nos falta a nós e temos que fazer esta denúncia. Caríssimos, não há política sem escrutínio sem discutir as coisas, sem balizar outras e diferentes opiniões, sem apresentar alternativas de pensar e sentir aquilo que é o exercício comum e coletivo de todos, o uso do dinheiro de todos e, portanto, quando se tenta quartar esta discussão algo fica necessariamente a meio. Hoje tive a oportunidade de dizer a um senhor Deputado que o coração é do lado esquerdo, o coração está do lado esquerdo, os que o têm à direita não é por defeito congénito, todos nascem com o coração do lado esquerdo, depois são coisas que lhes saem da cabeça e resulta essa mudança do lado do coração de egoísmos liberais que aqui não interessa para já estar a desmascarar. Seja como for, o PS vai aprovar à semelhança do que fez na Câmara por unanimidade esta abertura do concurso, mas reparem nisto, seguro dos Vereadores e dos Membros é escalonado não em função do IRS das pessoas, mas em função, por exemplo, o Presidente 130euros dia e um Vereador 105euros dia, se for um Membro da Assembleia Municipal só 50euros dia. São erros crassos de uma maioria acomodada que não estuda os dossiês, que não os analisa, e se houver, de facto, um acidente com pessoas aqui, se eu tiver um acidente quero ver se este seguro cobre, garanto que não, estou a falar do meu IRS, daquilo que eu declaro e se calhar como eu várias pessoas aqui. Portanto, esta Câmara devia ir mais longe, mais fundo, mas já sabemos que vinte e tal anos dos mesmos iriam driblar sempre isto.-----

**---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA EM EXERCÍCIO (LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA)** – Relativamente aqui a uma questão, eu sou Advogado, mas não sou Advogado do Dr. Nuno Melo, obviamente ele terá oportunidade de vir aqui mais tarde e aqui fazer a sua defesa da honra. Sei que hoje o avião se atrasou, ele queria vir, mas o avião atrasou-se, agora relativamente ao resto ele mais tarde fará a defesa da honra. -----

---**ANTÓNIO MEIRELES (PSD)** – Senhor Deputado, Jorge Costa, o que é que nós estamos aqui a fazer? Estamos aqui a discutir os assuntos que vieram a esta reunião da Assembleia Municipal. Quem é que lhe tirou o tempo para o senhor discutir os assuntos e escamotear os assuntos? Ninguém. O seu problema não é esse, eu já lhe disse uma vez que o seu problema não é esse, o seu problema resume-se simplesmente à senha, não é mais nada, é só isso senhor Deputado, o senhor vai na terceira reunião, não lhe chega o tempo para discutir, alguém lhe tirou o tempo para discutir? Ninguém lhe tirou o tempo, portanto, há transparência da nossa parte, há transparência nesta Assembleia, os períodos que são estão a ser respeitados, não sei qual é o seu problema, ou antes, sei, mas acho que não se justifica senhor Deputado. O senhor diz que estamos aqui a tratar do dinheiro dos famalicenses, pois estamos senhor Deputado, se é o próprio Estado que diz que a continuação das reuniões não podem ter senha, o que é que o senhor quer? Agora nós temos que respeitar os assuntos, e temos que discutir os assuntos que vêm a esta Assembleia, se são precisas três sessões, serão três sessões, isso sim é que é transparência senhor Deputado, o resto é conversa fiada. -----

---**RICARDO COSTA (CDS)** – Senhor Deputado, Jorge Costa, essa sua intervenção começa por infeliz e profundamente injusta com o Presidente da Assembleia Municipal. se o senhor Deputado quiser fazer contas, eu não ando aqui de bloco a ver quem está presente e quem não está presente, mas, o senhor Vereador Eduardo Oliveira nestas três reuniões quantas vezes esteve e, portanto, nas reuniões de Câmara o senhor Vereador tem estado em todas as reuniões? Vocês estão habituados, ainda hoje o senhor Presidente da Assembleia publicou um artigo político a fazer questão e a fazer assunto, vocês estão habituados a fazerem o que querem, a fazer o que lhes apetece e não serem julgados e, portanto, vem aqui cheio de nove horas dizer que não o deixam falar, que lhe cortaram a voz, que vem aqui muitas vezes, o senhor Deputado que me antecedeu falou e muito bem. O seu problema é somente este, a senha de presença e mais nada, e é o seu

problema consigo e justificar segundo a sua bancada, porque dá-me a impressão que você não está alinhado com eles, ou eles consigo, há aí qualquer coisa que não está bem. O senhor Deputado vem dizer, nós estamos aqui a discutir um contrato de seguros, um concurso de abertura de um procedimento de concurso público, o procedimento está conforme, estamos a discutir o dinheiro dos famalicenses, estamos a discutir a forma como este procedimento tem de avançar. Portanto, nós não estamos aqui a fazer de conta, o senhor tem todo o tempo e digo-lhe mais, se o senhor quiser, não sei se chegaremos lá, o senhor se quiser usa o tempo todo que tem disponível em todas as grelhas, e se não terminarmos hoje terminamos numa próxima reunião, não tem problema nenhum e discutimos tudo o que houver para discutir. -----

**---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA EM EXERCÍCIO (LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA)** – Senhores Deputados, eu lembro só que independentemente do que estão a debater e bem, a Mesa relembra que as sessões estão intrinsecamente previstas no Regimento. Enquanto esta incompatibilidade não for resolvida, elas estão inequivocamente previstas, isto porquê, porque se o limite da reunião são três horas e se a conta de gerência tem que ser seis horas o legislador e o Regimento está a dizer que tem que haver continuação inequivocamente, e isto, não há e não existe aqui nenhum partido que possa dizer, o CHEGA pode porque não votou o este Regimento, mas os restantes não podem acusar este Regimento e o cumprimento regimental, isto foi votado por unanimidade. Agora, se quiserem rever isto acho que devem fazê-lo, há aqui uma incoerência, em que a Grelha A são seis horas e o limite da Assembleia são três horas. Isto tem de ser resolvido inequivocamente. Dito isto vamos então votar. -----

**---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS, E ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL ATÉ AO VALOR DE 746.150,00€ (SETECENTOS E QUARENTA E**

*SEIS MIL, CENTO E CINQUENTA EUROS), ISENTOS DE IVA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA AL. B) DO N.º 1 DO ARTIGO 18.º, DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO. TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE, APROVAR A REFERIDA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL. -----*

-----  
---**QUINTO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA O PROVIMENTO DE LUGARES DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU VISANDO O PROVIMENTO DOS LUGARES DE CHEFE DE DIVISÃO DAS SEGUINTE UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS: DIVISÃO DE JUVENTUDE, TURISMO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA; DIVISÃO DE SOCIEDADE E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, E APROVAÇÃO DOS RESPECTIVOS JÚRIS. TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---**Aprovado, por unanimidade, a discussão em conjunto dos pontos 5 e 6 e votação em separado.**-----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Tratam-se de cargos de direção intermédia que estão vagos, que por via destes concursos pretendemos preencher. -----

---**JORGE COSTA (PS)** – Senhor Presidente em exercício, a intervenção de Vossa Excelência só veio dar razão ao PS. Vossa Excelência diz, há uma incongruência no Regimento, metem uma reunião que dura seis horas dentro de uma sessão que só tem três, mas a maioria cravou-lhe mais onze assuntos em cima. Não sei se me entendem, os famalicenses lá em casa que me ouçam, a reunião só tem três horas, o assunto a discutir são seis horas e esta maioria meteu-lhe em cima mais onze assuntos. Falando de outra maneira, em três horas meteu mais de dez horas de discussão, isto é sério. -----

- Relativamente a estes dois pontos, o PS irá aprovar como fez na Câmara Municipal isto, porquê, porque nós discordamos e já o dissemos aqui em anteriores reuniões, discordamos de vários pontos de organização, quando a seguir às próximas eleições nós formos poder, vamos mudar muita coisa na organização desta Câmara tornando-a mais amigável dos cidadãos, mais amigável da comunicação e da possibilidade da exposição dos problemas e com níveis intermédios direção e decisão mais fluídos e mais eficazes. Já o dissemos, mas também não queremos que amanhã a Câmara diga que por alguma forma o PS foi óbice, vocês decidem, nós não interferimos, mas estaremos aqui para vos responsabilizar por tudo aquilo que têm feito mal.-----

**---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA O PROVIMENTO DE LUGARES DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU VISANDO O PROVIMENTO DOS LUGARES DE CHEFE DE DIVISÃO DAS SEGUINTE UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS: DIVISÃO DE JUVENTUDE, TURISMO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA; DIVISÃO DE SOCIEDADE E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, E APROVAÇÃO DOS RESPETIVOS JÚRIS. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE, APROVAR A REFERIDA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL. -----**

**---SEXTO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA O PROVIMENTO DE LUGARES DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU VISANDO O PROVIMENTO DOS LUGARES DE CHEFE DE SERVIÇO DE MERCADOS E FEIRAS; CHEFE DE SERVIÇO DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO; CHEFE DE SERVIÇO DE SENSIBILIZAÇÃO E EDUCAÇÃO**

AMBIENTAL, E APROVAÇÃO DOS RESPETIVOS JÚRIS. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

**---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA O PROVIMENTO DE LUGARES DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU VISANDO O PROVIMENTO DOS LUGARES DE CHEFE DE SERVIÇO DE MERCADOS E FEIRAS; CHEFE DE SERVIÇO DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO; CHEFE DE SERVIÇO DE SENSIBILIZAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL, E APROVAÇÃO DOS RESPETIVOS JÚRIS. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE, APROVAR A REFERIDA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL.-----**

**---SÉTIMO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE REGULAMENTO PARA ATIVIDADE DE PARTILHA DE VELOCÍPEDES, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO PREVISTO NA ALÍNEA K), DO N.º 1, DO ARTIGO 33.º E NA ALÍNEA G), DO N.º 1, DO ARTIGO 25.º, AMBOS DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----**

**---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL –** Relativamente a esta proposta, trata-se da aprovação do Regulamento para a partilha de velocípedes, a partilha ou o sustentado neste documento podemos evoluir para a instalação de plataformas de partilha que é exatamente essas diligências que vamos desenvolver brevemente. -----

**---TÂNIA SILVA (CDU) -** Relativamente à implementação no município do sistema de mobilidade partilhada de velocípedes a CDU, realça que em cada vez mais cidades por toda a Europa este tipo de mobilidade tem sido implantado e depois abolido. Esta é

uma dinâmica que entendemos ser significativa para a avaliação que aqui se pretende fazer. As razões que levaram cidades como Paris e Luxemburgo a abolirem este serviço e a razão pela qual múltiplas cidades em Portugal, têm reportado incidentes a este respeito, devem-se a questões relacionadas com o uso deste serviço, que fruto de um enquadramento legal pouco claro, acaba por contaminar o seu uso. Problemas como a alienação do veículo de circulação (a trotinete) fora das zonas de estacionamento reservadas para o efeito, sendo regular o abandono destes veículos em locais de lazer público como parques, praças e ruas pedonais, ou a falta de clareza da legislação em vigor, contribuindo para a disseminação de acidentes, são frequentes. Tendo em conta esta dinâmica, a CDU entende que a reversão ou a prevenção deste estado de coisas não pode ser imputada ao tipo de veículo em questão, nem ao utilizador do serviço, nem ao papel que as autoridades policiais possam ter nesta matéria, nem à câmara municipal. Esta é uma responsabilidade que entendemos, deve recair sobre a empresa que fornece o serviço, que deve garantir a correta implantação do sistema de mobilidade partilhada, tendo em conta os problemas que aqui mencionamos, de maneira a mitigá-los. Tendo em conta o regulamento aqui em discussão, não entendemos que esta questão está devidamente acautelada, nomeadamente em relação à eficácia da regulação da conduta de utilização do veículo de circulação. Sendo de a responsabilidade do operador garantir que o utilizador cumpre com as condições técnicas e de segurança legalmente exigidas, nos termos do código da estrada, nada é referido relativamente ao enquadramento pouco claro deste veículo e as medidas que possam de alguma forma prevenir situações ambíguas relativamente às regras de circulação deste veículo. De uma forma sucinta, as questões que colocámos são as seguintes: - Que estudos estão na base da implementação desta solução em Famalicão? A Câmara reconhece que diversos municípios estão a abandonar esta solução devido aos inúmeros problemas que se colocam? - No concreto, em caso de acidente, estão asseguradas as condições para uma rápida resolução do

sinistro? Existe algum seguro? - Existem medidas acauteladas de forma a evitar o estacionamento abusivo e indevido? Quais? - O uso de capacete é ou não obrigatório? A disseminação destes problemas, a incapacidade de outras administrações públicas lidaram com a situação favoravelmente e o facto de, no regulamento aqui apresentado por este executivo, fazer pender sobre o código da estrada o regulamento da conduta dos utilizadores deste serviço, tendo em consideração a falta de clareza relativa ao enquadramento deste veículo nesse mesmo código da estrada, levam-nos a considerar que a introdução deste serviço na cidade de Vila Nova de Famalicão, não favorece as pessoas que pretende servir. E por isso votaremos contra este projeto.-----

**---JOÃO CASTRO (CHEGA) –** Se me permite senhor Presidente, só uma nota prévia, porque não podia deixar passar, na última sessão o Deputado, Jorge Paulo Oliveira, anunciou a renovação da coligação PSD-CDS para as próximas eleições. Logo de seguida veio o Deputado, Jorge Costa, meter a foice em seara alheia trazendo o CHEGA à colação. Sobre isto, eu queria dizer o seguinte muito rapidamente, ponto nº1, isto é um assunto que diz interesse e respeito somente a PSD e CDS. O CHEGA tem muito bem definida a sua estratégia quer a nível local, quer a nível nacional, e depois quem demonstra nervosismo são Vossas Excelências porque sabem que a breve trecho nada se fará sem a anuência do CHEGA. E depois quanto a alianças. Os senhores é que são especialistas, já se aliaram com o PSD, já se aliaram com o CDS, já se aliaram com o Bloco de Esquerda, já se aliaram com o Partido Comunista, portanto, os senhores vão a todas para se manterem à tona d'água. -----

- Relativamente às Trotinetes, as trotinetes elétricas foram apresentadas como uma das soluções para uma mobilidade mais sustentável nas cidades, a possibilitarem a substituição do automóvel nas curtas distâncias. Contudo, após largos períodos de implementação, inclusive em várias cidades portuguesas, conseguimos perceber que os problemas são demasiado significativos para serem ultrapassados pelas suas supostas

vantagens. Lisboa, por exemplo, reforçou as regras de utilização para o estacionamento das mesmas, seja feito nos locais reservados ao mesmo ou que a velocidade máxima seja limitada, contudo, a grande questão é se isso trouxe algum resultado efetivo ao reduzir os vários problemas que estas Trotinetes apresentam nas cidades, Aveiro, por exemplo, vai no mesmo sentido. No que diz respeito especificamente às Trotinetes elétricas de aluguer, temos muitas dúvidas quanto à sua utilização, falando no caso das cidades portuguesas que é o que nos interessa e de comparação, observamos diariamente que elas acabam por exemplo nos recursos hídricos ou que ficam estacionadas em qualquer lugar e criam problemas de mobilidade à população, principalmente à população de mobilidade reduzida porque ocupam os passeios. Eu gostaria de lhe apresentar, aliás a Deputada Tânia Silva já o disse, os Parisienses em abril de 2023 votaram de forma esmagadora para banir as Trotinetes de aluguer, oferecendo uma vitória aos ativistas de segurança rodoviária. Que legislação se aplica às Trotinetes com motor, aplica-se o código de estrada de janeiro de 2021, quer pela primeira vez equipar as Trotinetes com motor a velocípedes. Algumas questões, posso conduzir no passeio? Não! Mas vemos isso constantemente aqui a acontecer na nossa cidade, velocípedes, as chamadas Trotinetes a conduzir no passeio. É obrigatório ter seguro? Não! E vemos que tem acontecido de forma amiúde alguns acidentes com alguns ferimentos ligeiros para já. É obrigatório usar capacete? Também não! Todos nós sabemos a velocidade que atingem estas Trotinetes, dado o perigo eminente à utilização das Trotinetes elétricas de gama média e alta, é aconselhável o uso de capacete coisa que a Lei não o diz, os capacetes de bicicleta não são adequados aos perigos das Trotinetes elétricas. Temos, portanto, que obrigatoriamente encetar um processo de elaboração do regulamento de mobilidade suave no Município, um Regulamento que esteja concluído, aprovado e que seja apresentado aos famalicenses. A Câmara do Porto, por exemplo, vai propor a regulamentação de serviços de partilha de transporte suave na

cidade com Trotinetes e de Bicicletas, clarificando as regras de utilização daquele tipo de veículos no conselho. Um pouco por todo o mundo, as cidades debatem-se com temas relacionados com mobilidade e sustentabilidade fazendo com que surjam respostas inovadoras, mas é igualmente necessário regulamentar estas novas formas de mobilidade. Precisamos de responder às queixas da população, resultante da forma abusiva com que têm sido utilizadas as Trotinetes e que dificulta a mobilidade das pessoas nos passeios e é geradora de alguns acidentes. Por isso, nós vamos votar contra.

**---JORGE COSTA (PS)** – O senhor Deputado vai perdoar certamente, até pela amizade que temos, a brejeirice, mas nestas coisas das coligações estou a ver que o CHEGA foi de Trotinete e passou ao lado. Bom, naquilo que interessa aos famalicenses, porque o que se passa com o CHEGA ou não, não conta para o campeonato. Senhor Deputado, nós, de facto, já fizemos geringonças à esquerda, com a CDU e com o Bloco de Esquerda, já nos aliamos com o CDS e com o PSD. Mas que orgulho que nunca por nunca nos aliamos ao CHEGA, como já fez o PSD na Madeira, entende, nós não, nós temos urticária de partidos com lives de fascismo, nós não entramos nesse campeonato, nós estamos totalmente de fora e orgulhosamente sós.-----

- Relativamente às Trotinetes, nós aqui vamos dar um voto de confiança à Câmara. Vamos dar um voto de confiança, não porque entendemos este assunto como um assunto encerrado que não careça de uma monitorização atenta por parte da Câmara, nomeadamente da Polícia Municipal, dos serviços camarários, mas porque só a partir de alguns episódios negativos que aqui foram referenciados, e bem, pela senhora Deputada da CDU e do CHEGA, só porque há alguns episódios negativos, isso não significa que não possamos tentar, não há certezas em todas as decisões políticas, às vezes é preciso arriscar, tentar ver se funciona em Famalicão, se o serviço vai funcionar, se carece ulteriormente de melhorias e irá carecer certamente de aperfeiçoamento, este próprio Regulamento deverá, eventualmente, voltar aqui e ser revisto, mas este abandono de

algumas cidades evidencia desde logo aspetos negativos relativamente a este tipo de mobilidade. O PS mesmo assim, acha que não há vida sem risco e que se deve arriscar, que se deve tentar em vila Nova de Famalicão. Estamos conscientes, eu próprio tenho um amigo em lisboa que perdeu um filho de vinte anos num acidente de Trotinete, um trauma medonho, estamos esclarecidos e convictos que este tipo de mobilidade não é isento de riscos, mas na vida há coisas isentas de riscos e por isso, neste aspeto não há nada, estar vivo é um risco e, portanto, neste aspeto vamos por hora dar o benefício da dúvida à Câmara Municipal e vamos aprovar favoravelmente este Regulamento. -----

**---RICARDO MESQUITA (PSD)** – Eu acho que os senhores Deputados fizeram uma interpretação demasiado literal e lata do que é velocípede, velocípede inclui também bicicletas. Essa decisão, os problemas que vocês apresentaram e elencaram aqui, parece-me que é do conhecimento de todos os que estão aqui presentes, tem havido alguns problemas relativamente às Trotinetes e os problemas todos que disseram. Depois caberá ao Executivo tomar a decisão política de qual será a melhor solução para a nossa cidade, todos percebemos que agora temos infraestruturas físicas e no terreno que permitam a passagem quer de bicicletas, quer de Trotinetes, e depois haverá a decisão política de escolher qual é que será o melhor meio que se adegue à nossa Cidade. -----

**---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – É uma palavra muito breve a este propósito, porque o que nós estamos aqui a aprovar é o Regulamento para a partilha de velocípedes, é isso que estamos a discutir. Como eu disse há pouco, é um pilar, é uma sustentação para tudo aquilo que queremos fazer a seguir, nomeadamente, a instalação de plataformas de partilha de bicicletas e trotinetes. É isso que permite este documento, agora eu não disse, que porventura, iríamos fazer de uma vez só e atendendo àquilo que disseram todos e como nós sabemos no que respeita às Trotinetes, está em estudo uma transformação legislativa inclusive para que se altere o estado da arte atual. Sabemos também o que se está a passar a nível de algumas cidades europeias, Paris a partir de

setembro vai erradicar as Trotinetes e, portanto, atendendo a todas estas circunstâncias que se estão a desenvolver neste momento, não seria prudente da nossa parte se num primeiro momento nós instalássemos quer as bicicletas mecânicas elétricas, quer as trotinetes ao mesmo tempo. O que eu acho que deve ser desenvolvido e é isso que vai ser obviamente feito, numa primeira fase as plataformas vão permitir tudo, mas porventura, o que estará disponível serão apenas bicicletas. -----

**---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE REGULAMENTO PARA ATIVIDADE DE PARTILHA DE VELOCÍPEDES, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO PREVISTO NA ALÍNEA K), DO N.º 1, DO ARTIGO 33.º E NA ALÍNEA G), DO N.º 1, DO ARTIGO 25.º, AMBOS DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO PS, DO CDS, DOS PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES E OS VOTOS CONTRA DO CHEGA E DA CDU, APROVAR A REFERIDA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL. -----**

**---OITAVO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DESAGREGAÇÃO DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE LEMENHE, MOUQUIM E JESUFREI. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----**

**---JORGE COSTA (PS) –** De forma telegráfica registar aqui e apenas para memória futura, que apesar de alguns camaradas nossos destas freguesias não terem subscrito, nem terem apoiado esta proposta, o PS concelhio o irá fazer, de resto à semelhança do PSD e o CDS também o fizeram para Ruivães e Novais. E, portanto, para o PS é pedra angular a decisão da maioria das populações, ainda que por intermédio deste sistema representativo iremos votar a favoravelmente esta proposta, e reforçada ainda esta ideia

porque esta na génese desta pretensão, um movimento cívico e está na nossa Constituição o Artigo 264, e reclama-se todos os dias a participação dos cidadãos na vida que é das rés-pública, da coisa pública, portanto, os cidadãos desta forma inequívoca mostraram por maioria a vontade, que assim seja, podem contar com o PS.--

---**JOÃO CASTRO (CHEGA)** – Nós por uma questão de coerência com o que fizemos anteriormente, vamos optar pela abstenção. Já afirmamos muito claramente a nossa posição daquilo que se fez em 2013, por imposição da Troika e que agora precipitadamente como muitos ilustres famalicenses sustentam querem alterar sem razões suficientemente sustentáveis. Naturalmente que não queremos, nem podemos ir contra a vontade popular, mas temos muitas dúvidas quanto à autoridade em reverter este processo desta forma apressada. E quanto à vontade popular ela tem muitas nuances como sabemos, e não se esqueçam que estamos numa democracia representativa, ou seja, não me lembro, posso estar errado, mas não me lembro tal matéria ter sido assunto de programas eleitorais. E vejam bem estas incongruências, por exemplo, a CDU em comunicado a Famalicão, que votou a favor de todas as desagregações, considerou que todo este processo é complicado e complexo e é assim deliberadamente por imposição do PS, exigiu mais tempo e mais envolvimento das populações e ainda assim votam a favor, é incompreensível esta posição, mas é fácil de explicar esta tomada de posição, estão sempre na expectativa de se manterem à tona da água para mais meia dúzia de votos. E recordar em 2005, o então Ministro da Administração Interna, que dizia o seguinte: - “tem que se acabar com o tabu das fusões das freguesias e municípios, mais de metade das freguesias tem menos de 1000 eleitores por causa de critérios financeiros e redução do défice público”, sabem quem era o Ministro da Administração Interna nessa altura, António Costa. Por outro lado, há concelhos que confirmam que não vão apresentar qualquer proposta de desagregação, como é o caso de Braga, Viana do Castelo e Gondomar. E agora surge a tal Lei Quadro de criação, extinção e modificação

de freguesias numa altura em que estas freguesias estão em asfixia financeira e não têm margem de manobra, não nos parece a altura para reverter o que quer que seja. Isto é trapalhada em cima de trapalhada, são motivações meramente eleitoralistas e não podemos compactuar com isto, será isto sim, mais despesa para as empresas e para as pessoas com todo o tipo de registos que vão ter que alterar. Este tipo de regionalismos e tribalismos, ou como lhe querem chamar, vontade popular, ou movimentos cívicos, enfim, são movimentos cívicos muito condicionados numa altura em que as freguesias precisam sobretudo de apoio financeiro e não estar com este faz e desfaz que é típico do partido Socialista, senão vejam o que aconteceu em casos nacionais relativamente a grandes empresas e vejam o resultado. -----

---**TÂNIA SILVA (CDU)** – Senhor Deputado, João Castro, eu tinha prometido a mim mesma não lhe passar muita bola, mas há coisas que realmente, eu não sei se acordou para a política hoje, mas a posição do Partido Comunista Português relativamente a esta matéria sempre foi muito clara. Nós fomos contra na altura na agregação das freguesias, e naturalmente, aquilo que nós defendemos e a nossa posição nunca foi alterada. Aquilo que o senhor aqui veio dizer não é honesto, não é transparente, e a nossa posição sempre foi esta e é do conhecimento de todos aqui presentes.-----

---**FIRMINO COSTA (PSD)** – Relativamente a este ponto, dizer e depois analisarmos no que diz respeito a este pedido de desagregação, acima de tudo o Partido Social Democrata, respeita sempre aquilo que é a voz e a decisão daqueles que são os cidadãos no caso desta união de freguesias. E parece-nos claro relativamente aos documentos apresentados e estudados, que os mesmos estão em conformidade com aquilo que é a lei e com aquilo que deve ser a proposta para ser aprovada. Nesse sentido vendo que se respeita essas posições, cabe obviamente, ao Partido Social Democrata, que muito respeita os autarcas locais do nosso concelho e nesse sentido, o nosso voto nesta situação será obviamente, favorável, respeitando aquilo que é a responsabilidade da

auscultação da Assembleia de Freguesia que teve essa possibilidade segundo os documentos que percebemos e por isso, nesse sentido, não nos restam dúvidas de votar favoravelmente a esta proposta aqui apresentada.-----

**---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA EM EXERCÍCIO (LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA)** – Eu relembro aqui de uma questão, porque ela pôs-se também relativamente a outras e a outras desagregações, que é a questão, a Assembleia Municipal limita-se a receber a documentação e dar um mérito político ou não, isto depois será obviamente, analisado pelos serviços da Assembleia da República o mérito técnico ou não, aqui a decisão é meramente de receção de documentos e votação política. -----

**---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DE DESAGREGAÇÃO DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE LEMENHE, MOUQUIM E JESUFREI. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO PS, DO CDS, DA CDU, DOS PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES E A ABSTENÇÃO DO CHEGA, APROVAR A REFERIDA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL.** -----

**---NONO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE APOIO FINANCEIRO À FREGUESIA DE RIBA DE AVE, ATÉ AO MONTANTE DE 238.000,00 € (DUZENTOS E TRINTA E OITO MIL EUROS), DESTINADO A COMPARTICIPAR NAS DESPESAS DA EXECUÇÃO DA OBRA DE DEMOLIÇÃO E CONSTRUÇÃO DE MURO NO CEMITÉRIO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

**---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – De forma breve, é uma proposta clara, é uma preocupação grande da freguesia de Riba de Ave, um custo elevado de duzentos e trinta e oito mil euros para resolver o problema do muro do cemitério, mas é

uma preocupação enorme, preocupação esta que obviamente, nós estamos associados em resolver este e os problemas das freguesias.-----

**---LUÍS MIRANDA (PS)** – Eu começo primeiramente por dizer, à semelhança daquilo que foi a votação dos senhores Vereadores eleitos pelo partido Socialista na respetiva reunião de Câmara, que o Grupo Municipal do partido Socialista, naturalmente, também votará a favor desta atribuição de apoio financeiro à freguesia de Riba de Ave na ordem dos cerca de duzentos e trinta e oito mil euros, para demolição e construção do muro no cemitério. Não podemos deixar de reparar que esta é uma preocupação sobejamente por todos, em particular por todos os Ribadavenses, pelo menos desde o ano de 2019 que este é um assunto recorrente e conhecido na ordem política local. Inclusive, um estudo técnico solicitado pelo Município datado de 2021 emitido pela Universidade do Minho, que refere muito claramente, a necessidade de uma intervenção urgente nesta questão do muro, atento o perigo do mesmo ruir, do mesmo cair e das consequências que daí poderão advir. Várias conversações foram tidas, não só pelo atual executivo da freguesia de Riba de Ave, mas sobretudo também pelo anterior, inclusive, em março de 2022, o senhor Presidente de Câmara no âmbito da sua iniciativa presidência de proximidade, teve a oportunidade de conhecer de perto esta realidade, porém, somente agora em 2023 é que a Câmara decide dar o passo em frente o apoio que pelo menos desde 2019 era tema político e era preocupante como hoje o senhor Presidente de Câmara reconhece aqui perante esta Assembleia. E a nossa questão senhor Presidente, é tão somente esta, o porquê desde 2019 só passados estes anos é que passa a ser prioritário esta questão na sua agenda política.-----

**---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – De forma breve, como é sabido, esta obra é da competência da Junta de Freguesia de Riba de Ave. A Junta de Freguesia de Riba de Ave, e bem, em articulação com a Câmara Municipal, tem desenvolvido um trabalho enorme no sentido de perceber-se a melhor solução, com muitos orçamentos

preliminares, com muitas soluções técnicas apresentadas, por forma a que soubéssemos com certeza qual era a solução mais ajustada e mais económica. E, portanto, desde a data que referiu do ano transato no âmbito da presidência aberta que eu desenvolvo até à presente data foi quase um tempo record, porque fazer todas estas diligências para uma obra com aquele detalhe, com aquela complexidade foi pouco tempo e por isso, também quero aqui parabenizar a Junta de Freguesia que em consonância com a Câmara Municipal e com os técnicos da Câmara Municipal, desenvolveu um trabalho de articulação muito profícuo que deu este resultado.-----

**---LUÍS MIRANDA (PS)** – Como eu referi há pouco na minha intervenção, este é um tema na ordem do dia desde 2019. O senhor Presidente de Câmara, se não cometo nenhum erro, era no mandato transato, mandato findado, o Vereador responsável pelo pelouro das Freguesias. portanto, este não é um assunto novo, não é nada de extraordinário na agenda do senhor Presidente de Câmara e Ex Vereador responsável pelas Freguesias. A questão que eu novamente coloco é, porque é que só a partir de 2022 segundo palavras do Presidente de Câmara, é que isto foi feito em tempo record desde 2022, porque é que em 2019 havendo estudos técnicos que davam isto como uma questão de segurança prioritária, um risco enorme do muro do cemitério cair, o perigo de ruir e comparativamente com outros investimentos das Freguesias, não querendo aqui discutir o mérito dos mesmos, porque é que em Riba de Ave somente quatro anos depois é que isto se concretizou.-----

**---ANTÓNIO MEIRELES (PSD)** – Nós estamos a falar sobre questões técnicas e eu não vou entrar por aí de questões técnicas, mas gostaria de chamar à colação a vertente política deste assunto. O senhor Deputado e bem, diz que em 2019 este assunto iniciou-se, iniciou-se quando o senhor Presidente era Vereador das Freguesias. Este assunto, como vocês sabem, não é um assunto fácil de decidir politicamente, porque há uma coisas que as câmaras e os executivos do PSD/CDS gostam de fazer é decisões com

transparência e com equilíbrio. E como sabem, chamar a esta comparticipação de comparticipação politicamente não é uma coisa muito séria, porque a Junta de Freguesia vai entrar com 900 euros e a Câmara vai entrar com 238 mil euros. Como sabem a Câmara tem de trazer esta decisão aqui à Assembleia para lhe poder dar andamento, porque o valor é superior às transferências que são autorizadas para as diversas Freguesias e tem que haver algum cuidado, porque temos que ter intervenções equilibradas e não embandeirarmos neste tipo de situações. Este problema do muro é um problema grave, é um problema para o qual a Junta de Freguesia de Riba de Ave não tinte capacidade para fazer face, e por esse motivo a Câmara assume aqui, não é uma comparticipação, é a totalidade da despesa. E por isso, chegou o momento de o fazer, depois de esgotado todo o outro caminho que era a Junta de Freguesia tentar também encontrar forma de poder ela fazer a obra embora pudesse ter uma comparticipação, aí sim uma verdadeira comparticipação por parte da Câmara. Por isso, o trazer este assunto hoje à colação depois dos diversos estudos que foram feitos, depois das diversas soluções que foram procuradas, é um sinal que a Câmara dá de lucidez e além do mais de preocupação para com Riba de Ave e para com o problema que existe em Riba de Ave. Por isso, só temos quanto a nós de nos congratular por este assunto ser resolvido, ser resolvido depois de esgotados todos os outros caminhos, e por isso, não haver nenhuma Junta de Freguesia estou convencido que considere que foi leviana esta comparticipação da totalidade da obra que vai ser feita em Riba de Ave.-----

**---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE APOIO FINANCEIRO À FREGUESIA DE RIBA DE AVE, ATÉ AO MONTANTE DE 238.000,00 € (DUZENTOS E TRINTA E OITO MIL EUROS), DESTINADO A COMPARTICIPAR NAS DESPESAS DA EXECUÇÃO DA OBRA DE DEMOLIÇÃO E CONSTRUÇÃO DE MURO NO CEMITÉRIO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR**

**UNANIMIDADE, APROVAR A REFERIDA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL.** -----

**---DÉCIMO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE CRUZ, FREGUESIA DE GAVIÃO, FREGUESIA DE OLIVEIRA S. MATEUS, UNIÃO DE FREGUESIAS ARNOSO (ARNOSO STA. MARIA E ARNOSO STA. EULÁLIA) E SEZURES E UNIÃO DE FREGUESIAS DE CARREIRA E BENTE, E ASSUNÇÃO DOS COMPROMISSOS RESULTANTES DA MINUTA DO “CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS” EM ANEXO, PARA O ANO DE 2023, DE TRANSFERÊNCIA DE VERBAS. TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

**---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Já foram aqui enunciadas as Freguesias, trata-se de mais um conjunto de apoios por via desta delegação de competências, para serem desenvolvidas as estradas municipais e caminhos municipais. Quanto à segunda transferência de competências, como é sabido, a legislação obriga a que haja uma transferência para a DGAL que por sua vez irá transferir para as Juntas de Freguesia, e esta proposta vem aqui devido principalmente à atualização que fizemos na limpeza de vias, que como sabem, passou de 440 o quilómetro para 484 que corresponde a 10% de aumento. -----

**---JORGE COSTA (PS)** – De forma sumária, relativamente à questão de delegação de competências, o PS irá votar favoravelmente à semelhança do que fez na Câmara Municipal porque acredita que dinheiro gasto pelos autarcas de Freguesia é dinheiro bem gasto, há uma proximidade de gestão, há uma excelência de uso de meios parcos que as Juntas de Freguesia conseguem que incentiva este tipo de atitude. Lamentamos, porém, é que esta ainda seja a forma corrente de verdadeiramente impulsionar o trabalho das Juntas de Freguesia, isto é, em palavras simples, as juntas de Freguesia têm

de ir ao beija-mão do Órgão todo poderoso e solicitar depois estas transferências, que são analisadas segundo os esquemas musculados do poder e de conveniência muitas vezes político-partidária e não em razão das reais necessidades das populações, ou das carências que cada uma das Freguesias sinta de perto. Lamentamos, por isso que em vez da delegação de competências a Câmara não se socorra cada vez mais do fenómeno da transferência de competências previsto na proposta com o nº 11 e de acordo com a lei 50/2018 do Costa que nós aqui tantas vezes temos falado, não sem antes também sindicar os critérios de atualização. Nós vemos ano após ano aqui, os mesmos quilómetros, sabemos que tem havido aumentos de ruas de loteamentos novos, áreas novas pavimentadas e, portanto, como esta Câmara é preguiçosa usa sempre os mesmos critérios e parâmetros, se não fosse o Agostinho Fernandes ter catalogado, acho que esta Câmara atualmente quase nem tinha valores para andar aqui a referir, ainda andam à boleia do século passado. Portanto, o PS faz aqui um apelo para que estes critérios sejam aferidos e conferidos com a atualidade que quase o fim do primeiro cartel do século XXI exige, já passaram 23 anos desde a viragem do século e até do milénio e por isso, impõe-se um maior cuidado por parte dos serviços e até dos autarcas, a Câmara diz é isto e eles dão de barato, porque é isto e impõe-se aqui mais parcimónia, mais atualidade e mais rigor no tratamento técnico destas questões. É também hora de chamar à colação que não há muito tempo a Câmara levou um ralete, um puxão de orelhas com aquele famigerado relatório, a dizer vocês andam a gastar mal o dinheiro e não sabem o que andam a fazer, não há controle e, portanto, fica aqui também o apelo para que haja, de facto, rigor legal na aplicação de todas estas verbas. Em razão de tudo o que acabo de referir, vamos também dar votação positiva à proposta nº 11. -----

**---RICARDO COSTA (CDS) –** Senhor Deputado Jorge Costa, nós quando falamos e quando intervimos as coisas devem fazer sentido. o senhor veio cá dizer que assim, que sabe desta forma ou daquela, e eu não ouvi o senhor falar na proposta anterior do beija-

mão, por que é que o senhor não falou do beija-mão há bocado, porque deu autorização ao senhor Deputado, Luís Miranda, para vir aqui falar de Riba de Ave, e agora vem o senhor dizer que os Presidentes de Junta têm de ir ao beija-mão, oh senhor deputado! E mais não houvesse para dizer a seguir veio falar de catálogos do ex-presidente da Câmara, Dr. Agostinho Fernandes. Eu digo-lhe uma coisa, haja paciência, porque as pessoas não têm paciência para este tipo de situações, as pessoas que nos ouvem lá em casa, as pessoas que estão aqui não têm paciência para este tipo de situações, porque quando não se tem mais nada para dizer, vêm falar de coisa de há vinte e de há mais anos e não vamos falar de catálogos para ficarmos por aqui. -----

**---LUÍS MIRANDA (PS)** – Meio a jeito de defesa da honra, meio a jeito de intervenção, só referir aqui ao senhor Deputado, Ricardo Costa, dizer-lhe apenas que exerço o meu mandato de livre e espontânea vontade sem pedir autorização a ninguém, e tal como eu todos os deputados que compõem o grupo municipal do partido socialista, somos livres, livres de interesses, livres de espírito e de vontade de participação política. Quanto ao IGF, não era 20 anos atrás, ainda há bem pouco tempo tivemos essa discussão e foi uma discussão muito acesa senhor Deputado. -----

**---RICARDO COSTA (CDS)** – Senhor Deputado, Luís Miranda, entendo a sua intervenção única e exclusivamente como um ato de contrição. -----

**---JORGE COSTA (PS)** – Para vos dizer que o meu camarada Luís Miranda autorizou-me agora a vir aqui falar e para reiterar isto, de facto, as pessoas que ali estão e eu tenho dito isto muitas vezes, estão por convicção livre, acreditam naquilo que fazemos, naquilo que pensamos, naquilo que aqui dizemos. Acreditam que estamos a preparar uma verdadeira e total alternativa a esta maioria gasta, não há ato de contrição, há atos de liberdade por parte do meu camarada Luís Miranda e de qualquer homem ou mulher que integra aquela bancada, e isto também vos faz frenesim. Esqueci-me, só para dizer

também o seguinte, fraco é o aluno que não suplanta o mestre, é claro que o Dr. Luís Miranda ainda tem muito para dar ao PS e para vos dar nas orelhas. -----

**---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE CRUZ, FREGUESIA DE GAVIÃO, FREGUESIA DE OLIVEIRA S. MATEUS, UNIÃO DE FREGUESIAS ARNOSO (ARNOSO STA. MARIA E ARNOSO STA. EULÁLIA) E SEZURES E UNIÃO DE FREGUESIAS DE CARREIRA E BENTE, E ASSUNÇÃO DOS COMPROMISSOS RESULTANTES DA MINUTA DO “CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS” EM ANEXO, PARA O ANO DE 2023, DE TRANSFERÊNCIA DE VERBAS. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE, APROVAR A REFERIDA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL.-----**

**---DÉCIMO PRIMEIRO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS - DGAL 2024 E ATUALIZAÇÃO DOS VALORES A TRANSFERIR PARA AS FREGUESIAS, PARA O ANO 2024, CELEBRAÇÃO DOS AUTOS DE TRANSFERÊNCIA, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA M) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º E ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º, AMBOS DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----**

**---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS - DGAL 2024 E ATUALIZAÇÃO DOS VALORES A TRANSFERIR PARA AS FREGUESIAS, PARA O ANO 2024, CELEBRAÇÃO DOS AUTOS DE TRANSFERÊNCIA, NOS**

***TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA M) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º E ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º, AMBOS DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE, APROVAR A REFERIDA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL. -----***

**---DÉCIMO SEGUNDO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA NOMEAÇÃO COMO AUDITOR EXTERNO E RESPONSÁVEL PELA CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS O DR. JOSÉ LUIS PINTO DE AZEVEDO, ROC N.º 626, PARA O PERÍODO DAS CONTAS ANUAIS DE 2023, 2024 E 2025. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----**

**---JORGE COSTA (PS) –** O PS relativamente a este assunto, lamenta que em matéria, nós temos feito aqui muitas acusações diretas da opacidade da gestão deste Município e, portanto, numa matéria como a escolha de um Revisor Oficial de Contas, entendemos que deveria ter sido precedida de consulta a mais do que uma entidade para garantir rigor, transparência, até porque o contrato global tem um valor que está fundamentado na alínea C do artigo 20º que exige a consulta de três entidades. Se ela foi feita, porque está aqui no despacho de adjudicação, é feita a referência expressa da alínea C, se ela foi feita, a Câmara entende que a Assembleia Municipal não tem de saber a quem, sonega informação. Nós já sabemos que este Revisor Oficial de Contas fez reservas, nomeadamente, com o registo do Município, é claro que a Câmara vai dizer nós quando chegamos à Câmara nem os Passos do Concelho estavam registados, está bem, mas passaram vinte e três anos, vinte e três anos para aqueles que andarem adormecidos, e não tiveram tempo em vinte e três anos de tratar disso. Agora em matérias como estas eu nem sei o que vai acontecer quando nas próximas eleições o PS ganhar a Câmara e

fizemos uma auditoria, como o Armindo Costa fez, fazemos uma auditoria e alguém vai ficar com as orelhas a arder não temos a mínima dúvida e por isso, é que não percebemos porque é que a Câmara não achou que esta Assembleia e os famalicenses deveriam saber quem foram as diferentes entidades a ser contactadas para que tudo em nome da transparência. Eu acho que a Câmara tem de uma vez por todas começar a perceber que este Órgão, é um Órgão de controlo político e que exige respostas, que não se cala com silêncios e que deve ser fornecida a este Órgão toda a informação relevante para se poder a seguir fazer um juízo político como a generalidade das situações aqui submetidas a sufrágio impõe. Para concluir, é a razão desta opacidade desta informação que nos vamos abster nesta proposta. -----

**---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA EM EXERCÍCIO (LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA)** – Senhor Deputado, informo que relativamente a isso o voto é secreto. O que diz a lei e passo a ler o Artigo 77º nº 1, o auditor externo responsável pela certificação legal de contas é nomeado por deliberação do órgão deliberativo sobre proposta do órgão executivo. Ou seja, a Câmara faz a proposta e o órgão deliberativo Assembleia nomeia, a Mesa tendo em conta que está em causa uma pessoa é voto secreto. Este é o entendimento da Mesa. -----

**---JORGE COSTA (PS)** – Excelentíssimo Senhor Presidente, não vai ser o PS obstaculizar ao voto secreto. Quero, no entanto, lembrar-lhe que as discussões entre a velha maioria já começam a emergir, de facto e a falta de entendimento de alinhamento, não foi esse o critério seguido na Câmara Municipal, Vossa excelência sabe. Portanto, vocês têm que conversar mais, harmonizar mais e melhor, porque este tipo de problemas começa a vir ao de cima o desentendimento e, portanto, quer fazer assim o PS não obstaculiza, nem protesta sobre isto. Mas regista a diferença de tratamento da mesma matéria na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal. -----

**---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA EM EXERCÍCIO (LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA)** – Senhor Deputado, reiterando as suas palavras há bocado, está-me a dar razão, ou seja, primeiro está a dizer que os órgãos são independentes, portanto, ótimo para nós, quer dizer que não andamos em conluios. Segundo, a nomeação é feita por este órgão deliberativo, a Câmara faz a proposta, aliás, a proposta pode até ser feita pelo Presidente de Câmara só e os outros senhores Vereadores votam sim ou não. aqui já é completamente diferente é nomeação. Senhores Deputados vamos proceder à chamada para votar. -----

**---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA NOMEAÇÃO COMO AUDITOR EXTERNO E RESPONSÁVEL PELA CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS O DR. JOSÉ LUIS PINTO DE AZEVEDO, ROC N.º 626, PARA O PERÍODO DAS CONTAS ANUAIS DE 2023, 2024 E 2025. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM QUARENTA E CINCO VOTOS A FAVOR, CATORZE ABSTENÇÕES E TRÊS VOTOS CONTRA, APROVAR A REFERIDA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL.**-----

--- Acabada a ordem do dia, passou-se, de imediato, ao período de: -----

-----**DEPOIS DA ORDEM DO DIA**-----

--- Para este período temos quatro inscrições do público inscrições do público. -----

**---ARMINDO PEREIRA MAGALHÃES** – Eu estou aqui para falar de “Famalicão em Transição”, continuamos preocupados com o que se passa com o chamado Monte de Santa Catarina. E vinha pedir aqui ao senhor Presidente de Câmara que ouvisse a minha colega que vai falar a seguir. Eu tive que roubar na minha apresentação depois de ouvir uma Deputada do PSD, e vir dizer aqui na Assembleia que vai participar com uma Associação muito importante em Famalicão, que de facto é, a H2Ave. Porque curiosamente “Famalicão em Transição” nunca foi convidada, depois de algum tempo

deixou de ser convidada para estas coisas, é lamentável. Eu hoje estive a fazer uma apresentação para entregar para um Jornal, à CMTV, e só para dizer à Presidência da Câmara que “Famalicão em Transição” foi escolhida, entre muitas organizações nacionais para representar em Braga o nosso projeto. Portanto, o que a Câmara está aqui a desvalorizar os outros estão a valorizar e para lhe dizer outra coisa, curiosamente fomos convidados para o Congresso das Energias Renováveis em Espanha, em que estivemos a apresentar Famalicão pelas piores razões por acaso. Em Famalicão, este Congresso debateu de uma forma cuidada e estudada esta questão, ouviu-se todas as associações especialistas e mais uma vez “Famalicão em Transição”, que é uma associação de meia dúzia, que o senhor Presidente agora nem quer ouvir falar, curioso. Só para dizer que o antigo Presidente de Câmara, senhor Paulo Cunha, nestas tais revisões “Famalicão em Transição” era das associações mais interessantes para o concelho, de repente ficou uma associação quase marginal. Eu só vi fazer isto senhor Presidente e senhores Executivos, no tempo de Estaline e no tempo de Salazar é que se faziam estas coisas, os que estavam contra em determinadas alturas e nós nem temos o papel de estar contra a Câmara, sinceramente até colaboramos com a Câmara e gostaríamos de continuar a colaborar, agora não somos subservientes, nem nunca o seremos, e se a Câmara pretende que as associações sejam subservientes, eu enquanto puder vou estar aqui, eu e os meus colegas, atenção que eu não sou ninguém sem eles e eles não são ninguém sem mim. Só para dizer, eu penso que o senhor Presidente, senhor Doutor, que é especialista em Energias Fotovoltaicas, eu vou-lhe só dizer o que é que o Congresso chegou à conclusão, as Energias Fotovoltaicas muito bem e já há muito tempo Famalicão fala nisto, de facto, são energias para a descarbonização, mas elas não podem ser feitas nem devem ser feitas em prejuízo do estrago das outras coisas que contribui para a descarbonização, que nomeadamente são as árvores e toda a vegetação. E dizer-lhe também, que vocês andam muito distraídos, vocês derrubaram cerca de

trezentos sobreiros e está no projeto uma zona de acacial, eu não sei como é que estas coisas acontecem aqui em Famalicão, é lamentável. Já agora vários estudos foram feitos sobre esta questão das Energias Renováveis e para os concelhos, foram feitos estudos para quem quiser ver e ouvi-los, eu aconselhava o senhor Presidente porque é a sua área penso eu, das Energias Fotovoltaicas. No estudo diz, que as zonas onde já foram implantados este tipo de equipamentos as populações decrescem economicamente. Já agora em nome da dignidade democrática, eu só gostava de dizer ao senhor Deputado Armindo Gomes para não continuar a dizer disparates. Senhor Presidente, gostaria de perguntar de uma forma muito sincera, vai olhar para a nossa Petição e ainda vai a tempo, e preservar uma parte do Monte de Santa Catarina que para Energias Renováveis não serve para nada e que é de facto, uma memória importante para o povo de Famalicão. -----

---**SANDRA PIMENTA** – Senhor Presidente da Câmara, ao contrário do que já foi dito na semana passada eu preocupo-me com os gastos do dinheiro público. E, portanto, questiono as razões da derrapagem de 1.4 milhões de euros e 1 ano e meio de atraso, no projeto da estação rodoviária. E considerando os gastos do município em energia e água, também gostaria de saber: - quantos painéis solares foram instalados na estação? Qual a poupança anual estimada com os mesmos? Se foi instalado algum sistema de reaproveitamento de águas pluviais? Se sim qual a poupança anual prevista?-----

- Em segundo lugar, Senhor Presidente, lembrando as suas declarações quer na questão da greve dos professores, em que se mostrou disponível para ajudar no que fosse necessário e na questão do encerramento da Maternidade de Famalicão, que de forma pronta solicitou reunião ao Ministro da Saúde, portanto duas posições perfeitamente naturais daquilo que se exige a um Presidente de Câmara, perante problemas locais, eu queria questionar: -----

- Quantas vezes é que o Senhor Presidente pediu para reunir com a Direção Regional Agricultura e Pescas-Norte e com a Comissão Coordenadora Desenvolvimento Regional, ou se aproveitou a presença do Senhor Ministro do Ambiente ou do Vice-presidente da APA, para lhes dizer que tem um grave problema de saúde pública e ambiental em Fradelos, derivado dos maus cheiros, e que apesar das centenas de queixas, ninguém quer saber. Com certeza há de confiar mais na população que lá reside, que desde 2016 apresenta sucessivas queixas, do que em relatórios de visitas de meia hora realizadas pela DRAP Norte. Mas se assim não for também me dirá. -----

- Em terceiro lugar, e não podia deixar de falar, uma vez mais, e pela importância que lhe merece, de Outiz, de Gemunde, ou do Monte de Santa Catarina, porque mais que o nome em causa, está o crime ambiental que ali ocorreu. E porque não somos só meia dúzia como o Senhor Presidente da Câmara já nos apelidou, nem somos uma mera inclinação popular, como um Senhor Deputado aqui referiu a semana passada. Mas nem que fosse! É com base em direitos constitucionalmente consagrados e com a preocupação mais que legítima que cada ferramenta ou instrumento legal irá ser utilizado, nomeadamente este período destinado ao público, apesar das lamentáveis situações que aqui assistimos, para dizer que se exige um concelho onde se possa viver com qualidade de vida, e que isso passa obrigatoriamente por garantir sustentabilidade e equilíbrio. Mais, a Câmara Municipal não é uma entidade privada, é pública. E, portanto, deve satisfações à população. E por isso, tenho duas questões muito diretas: ---  
--- Como justifica que a Câmara Municipal e Assembleia Municipal aprovassem uma declaração de interesse público municipal, em dezembro de 2020 e janeiro de 2021, respetivamente, sem existir um Plano de Estrutura Verde e Integração Paisagística, relativo ao projeto da central fotovoltaica de Outiz, este que só foi enviado ao executivo a 20 de abril de 2022. -----

Mais, gostaria de saber qual a razão para este Plano classificar a zona dos aglomerados de sobreiros que foram abatidos, como acacial, e como é que se justifica que a Câmara Municipal além de não ter questionado esta classificação, ainda emite o licenciamento sem qualquer condicionante? Aliás, existe um deferimento do licenciamento a 17 de maio de 2022, 2 meses antes do parecer do ICNF, a autorizar o abate de sobreiros isolados, só que não eram, eram aglomerados. E mais uma vez, aparentemente, para o executivo estava tudo bem. -----

Senhor Presidente, eu sei que não foi durante o seu mandato foi no anterior, mas mesmo assim eu tenho que lhe perguntar. Será que devemos concluir que as ordens foram no sentido de que era para aprovar tudo, independentemente da consequência? -----

Para terminar, e para que fique claro, principalmente para a nossa comunidade, o Decreto-Lei, que o Senhor Presidente tanto gosta de referir, e até já lamentou de ninguém falar nele, acredite que existem pessoas que falam, aliás existem muitas vezes críticas do simplex ambiental, mas utilizar um DL de 19 de outubro de 2022, para se justificar o que se fez em 2020, isso já me parece que não será correto. -----

E, portanto, em 2020 quando esta Câmara Municipal e Assembleia Municipal aprovaram este interesse público municipal não existia qualquer obrigação legal, como tantas vezes se alegou, antes existia, isso sim, o artigo 25º do PDM e que este sim devia ter sido considerado. E para terminar porque ainda me sobra aqui uns segundos, não é a primeira vez que eu falo nisto, eu não consigo perceber qual é a obsessão por garrafas de plástico nesta Assembleia Municipal. Já uma vez o Senhor Presidente da Mesa me disse que era de um stock, o stock salvo erro foi há três anos, continuo sem perceber qual é a obsessão com as garrafas.-----

**---MÓNICA OLIVEIRA-** Além do pedido de esclarecimentos que lhe venho fazer, gostaria de fazer a apresentação da Petição pela proteção do Monte de Santa Catarina que foi entregue há duas semanas, a qual passarei a ler. Recentemente o nosso concelho

sofreu uma grande perda ambiental, em nome da transição energética permitiu-se o abate de quase trezentos sobreiros, estes que faziam parte da maior mancha de sobreiros do concelho. Além disso, destruíram-se habitas naturais, património ambiental, um local de memórias e partilhas em família, assim como décadas da regeneração natural do solo cujos impactos são difíceis de calcular. Nós, cidadãos famalicensenses abaixo assinados, defendemos que a resposta às alterações climáticas e a transição energética não podem acontecer à custa de mais prejuízos para o ambiente. Assim posto, solicitamos a Vossas Excelências, que desenvolvam esforços no sentido de criar um parque florestal protegido no Monte de Santa Catarina e terrenos adjacentes, protegendo os aglomerados de sobreiros existentes e criando paralelamente uma floresta autóctone. A isso, acrescentamos a reposição do coberto vegetal na área conhecida como Penedo da Lua e nas encostas adjacentes e garantindo o acesso público ao local, assim está escrito na petição entregue. No passado ano assistimos a um abate massivo no nosso Município com o corte de uma área florestal e de matos de 80 hectares, o equivalente a 80 campos de futebol, também a destruição de habitas naturais, tudo isto para a implantação de uma central fotovoltaica. Estamos a falar de uma das áreas mais emblemáticas de Famalicão, numa localização que é o pulmão verde do nosso concelho, da qual fazem parte de muitas memórias e a qual ficou seriamente comprometida. Os cerca de 300 Sobreiros e os Carvalhos que foram oficialmente abatidos eram mais do que meras árvores, são parte integrante do nosso património ambiental e viram as nossas aldeias a crescer, a desenvolverem e a tornarem-se aquilo que nós conhecemos hoje, e com todas as mudanças que Famalicão foi somando estas árvores aqui se mantiveram e resistiram a dias que desafiavam a sua própria sobrevivência, contribuindo para a fixação do carbono nos solos, regulação da temperatura e o ciclo hidrológico, mas servem também de habita para toda a fauna envolvente e claro muito mais. Enquanto cidadãos defendemos que a transição energética deve acontecer, mas não com o sacrifício

ambiental e ecológico, cerca de 40% do nosso território já está artificializado, portanto, torna-se crítico salvaguardar as áreas verdes, as árvores, o solo fértil, o ecossistema e a biodiversidade que são já um bem escasso, mas ainda são a garantia de um futuro sustentável. Portanto, num Município que se diz verde, é imperativo criarmos alternativas a estes cenários e priorizarmos, mas também protegermos as nossas zonas verdes, bem como, criar espaços protegidos para que todos possamos usufruir. Por isto e muito mais, e porque o que já aconteceu de muito negativo não é irreversível, nem é irreparável, esta petição materializa a vontade dos famalicenses em preservar e proteger o Monte de Santa Catarina e regenerar as áreas já afetadas. Os famalicenses estão a fazer-se ouvir, queremos ser incluídos nestes debates e a mensagem é clara, não queremos sacrificar os últimos espaços florestais no nosso Município. -----

---Gostaríamos de saber se o Senhor Presidente vai considerar e ouvir este pedido dos famalicenses? E qual será a resposta do Executivo à proposta da criação do Parque Florestal do Monte de Santa Catarina, e se vai considerar reverter a área do Penedo da Lua, devolvendo-a à população com a devida recuperação da paisagem e coberto vegetal? -----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA EM EXERCÍCIO (LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA)** – Relativamente à Petição, não cabe obviamente, como sabe, ao senhor Presidente de Câmara deliberar sobre a Petição. A Petição seguirá os termos legais, estão a ser avaliadas as assinaturas e se for caso disso, será agendado um ponto específico numa Assembleia Ordinária, mas que não está na dependência do senhor Presidente de Câmara, mas está previsto regimentalmente. Feito o esclarecimento, passo a palavra ao Senhor Plácido Dias. -----

---**PLÁCIDO OLIVEIRA DIAS** – Muito obrigada Senhor Presidente a quem saúdo particularmente, e uma saudação ao Senhor Presidente da Câmara, aos Senhores Deputados Municipais, aos Senhores Vereadores, Senhores Presidentes de Junta e

demais Famalicenses. Eu chamo-me Plácido Oliveira Dias, sou da Vila de Joane e trabalho numa Instituição em Gamil-Barcelos, que tem por missão receber alunos estrangeiros em Erasmus, recebemos por ano à volta de 4, 5 mil alunos de todas as áreas, de todas as atividades mais díspares que se possam imaginar. E este ano recebemos durante o mês de fevereiro, um grupo de 30 alunos Croatas entre outros que recebemos, de áreas de difícil colocação, Engenharia Civil, Topógrafos, Arquitetos, e tivemos alguma dificuldade na colocação desses 30 alunos. Tivemos que recorrer à Câmara Municipal de Famalicão, e eu pensei várias vezes se deveria dar aqui este testemunho ou não, se se justificava, se se enquadrava, mas o eco que nós recebemos desses alunos que fizeram esses estágios aqui foi tão grande, que eu acho que todos os famalicenses deveriam ter conhecimento daquilo que se passou. Eu contactei a Câmara, enviei um email para o Senhor Presidente, no dia seguinte recebi um telefonema do chefe do departamento de Recursos Humanos, que estava totalmente disponível para me receber e tratarmos do assunto em questão. para não me alongar muito mais tempo, devo-vos dizer que os alunos fizeram um estágio espetacular, adoraram Famalicão, adoraram as pessoas de Famalicão, foram tratados de uma forma espetacular, que ainda hoje e diariamente me telefonam, a agradecer e a dizer que não vão passar sem voltar a Famalicão, ou como turistas, ou até como investidores, tal foi a imagem que eles levaram de Famalicão. E quero agradecer, particularmente, à Câmara, aos profissionais e aos departamentos que os receberam, o tratamento que lhes deram porque foi realmente um tratamento espetacular, contribuindo para isso que nós sejamos o País do Mundo mais procurado para Erasmus, não somos só para Turismo, também somos o País do Mundo mais procurado para Erasmus e o mérito não somos nós que os recebemos e que os acolhemos, é de quem nos recebe e lhes proporciona esses estágios. Por isso, eu posso concluir que a Câmara de Famalicão, o Município de Famalicão é

realmente de estar próximo dos munícipes, eu tenho essa experiência, muito obrigada Senhor Presidente. -----

**---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA EM EXERCÍCIO (LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA)** – Já sei o que vai dizer senhor Deputado, pode sentar porque eu antecipo-me. Senhor Plácido Oliveira Dias, de facto, agradecemos este esclarecimento, mas este período é para esclarecimentos, teria de acabar com uma pergunta e não o fez, por isso peço que na próxima não se repita. Presumo que seja isto que ia dizer senhor Deputado, certo. -----

**---JORGE COSTA (PS)** – Fez uma interpelação à Mesa do seguinte teor: -----

---No sentido de dizer, a ocupação deste tempo tem sofrido alucinações várias e ao de uma cidadã um dia dizer, o fulano anda de descapotável de óculos de sol... e Vossa Excelência permitiu no exercício da Mesa. Assim como permitiu que este ilustre cidadão aqui tenha vindo dizer muito obrigada, muito obrigada, mas perguntar zero e, portanto, eu peço à Mesa, o Grupo Municipal pede à Mesa que de facto uma coisa é fazer perguntas, tenho esta dúvida, porque é que se está a passar isto, porque é que se está a passar aquilo, já foi aqui abordado porque é que a associação tal foi rejeitada, perguntas, porque é que se abaterem os sobreiros, perguntas, às vezes é preciso motivar, mas pelo menos perguntas. E rogar a Vossa Excelência, que quando as coisas descambam para isto que corrija devidamente. -----

**---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Mais uma vez cumprimentar todas e todos, nomeadamente, àqueles que desenvolveram as intervenções neste período destinado ao público. Começando pelo Senhor Plácido Oliveira Dias nesta última intervenção, obviamente que agradeço esta disponibilidade pelas palavras elogiosas que aqui trouxe. Mas nós somos assim há muito tempo, como é sabido nós até temos um mercado Erasmus no que concerne à matéria que aqui trouxe, temos mais de cerca de 5 mil alunos todos os anos com experiências internacionais, como é sabido é um

contributo grande não só para a coesão europeia, para os laços que se criam entre Países, mas também para o enriquecimento pessoal e profissional destes nossos concidadãos que com certeza com isto também serão melhores cidadãos europeus e melhores profissionais. Esse seu sentimento, permita-me que o diga, o seu sentimento poder-se-ia generalizar à grandíssima maioria dos famalicenses, que felizmente também tenho ouvido e não só, externos a Famalicão e podia fazer a referência aos nove Ministros e ao Senhor Primeiro-ministro que cá vieram no dia 3 e 4 de maio, em que todos eles elogiaram e muito Famalicão, todas as suas potencialidades, tudo aquilo que desenvolve, as suas instituições, empresas, organizações e obviamente, a Câmara Municipal. Mas é sempre bom continuar a ouvir todos os dias e trazer-nos esse sentimento, obrigado. E obrigado também pelo que faz, porque o Erasmus também ocorre porque há pessoas como o Senhor e outros, as escolas, empresas que proporcionam também estas oportunidades, portanto, um grande agradecimento e uma grande saudação. -----

- Relativamente às três intervenções anteriores, que tratam na sua maioria da mesma temática, tem a ver com a instalação do Parque Fotovoltaico. Eu vou-me repetir, eu disse já várias vezes, que Famalicão e a Câmara Municipal tem uma estratégia e quando eu fui candidato à Câmara Municipal, acerca das Energias Renováveis e do quanto elas são importantes para que se consigam alcançar os objetivos quer da União Europeia, quer do País. E é sabido que a neutralidade carbónica tem que ser uma realidade, cada dia que passa nós temos mais certeza disso, o aquecimento global é uma realidade como é sabido, aliás, se não houvesse o aquecimento global não precisávamos da neutralidade carbónica, portanto, é uma realidade, as alterações climáticas é uma realidade e é preciso combater-las, no mínimo mitigá-las. E, portanto, há uma estratégia, e a estratégia que eu sempre disse, foi que têm que existir diversos contributos por forma a que nós consigamos alcançar e que Famalicão à semelhança daquilo que foi dito com o

Erasmus, mas que podíamos alargar a todas as áreas, também nesta área ajudemos o País e a União Europeia a combater as alterações climáticas. E só se combate as alterações climáticas com ações concretas, não pode ser só com palavras, como sabem as palavras são importantes para desenvolver ações, porque senão já estamos aqui numa dimensão da demagogia e, portanto, nós desenvolvemos o plano de ação e estamos a ter ações concretas. Estamos a ter ações concretas na dimensão do Fotovoltaico das Energias Renováveis, como é sabido, outras não têm enquadramento no nosso território, por exemplo, a Eólica. No campo do Fotovoltaico, nós temos que dar o contributo por duas vias, umas são chamadas UPAC o chamado autoconsumo, que eu já disse e estamos a desenvolver, já temos uma equipa constituída e a trabalhar com um projeto bastante adiantado no sentido de os edifícios públicos terem autonomia energética e com eles também podemos construir as comunidades de energia, como é sabido também será o futuro as comunidades de energia, estamos a trabalhar nisso muito com a instalação a curto prazo que já vamos começar a desenvolver. E depois temos de dar o grande contributo para o País também, que tem a ver com Parques Fotovoltaicos de média grande dimensão que é o caso deste que aqui trouxeram de 50 megawatts, que será instalado em cerca de oitenta hectares dos quais 27 hectares eram em terrenos inertes e não tinha lá sequer qualquer árvore, é bom quando se quer fazer a descrição e a caracterização que se caracterize, porque não são 80 hectares em que se derrubaram árvores, são 80 menos 27. E excetuando os sobreiros que lá tinham, eram eucaliptos basicamente e alguns pinheiros, essa é a caracterização que temos na Câmara Municipal e que foi entregue e que foi validada pelo Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, como é sabido é quem tutela as florestas a nível nacional, não é a Câmara Municipal, nem foi a Câmara Municipal que autorizou o abate dos sobreiros, foi o ICNF, espero também que tenham feito chegar ao ICNF as devidas reclamações. E, portanto, nós temos este processo e eu sempre disse e continuo a dizer, que Famalicão

com este Parque mais as UPAC que as empresas estão a instalar, a Câmara Municipal vai instalar e porventura, o setor doméstico começa a instalar, que nós talvez sejamos, aliás, o Senhor Ministro do ambiente me disse que Famalicão é o primeiro ou o segundo a nível nacional que mais contribui e, portanto, disse que nós deveremos sê-lo, mas disse também, vou aguardar o que é que se vai passar com os outros municípios porque todos temos que dar contributos, estamos no mesmo País. Famalicão, mais uma vez foi exemplar, está também nesta área no pelotão da frente, agora também disse e a propósito do que eu estou a dizer, é que não vamos aceitar mais projetos e vocês não disseram, porventura não sabem que nós já rejeitamos recentemente mais um Parque Fotovoltaico, há mais três em análise e da minha parte não haverá disponibilidade para os aceitar. E aqui alguém falou e bem, da Lei 72/2022, memorizei esta Lei logo à primeira e realmente foi falado aqui agora, mas não ouço mais ninguém falar, ninguém está preocupado com esta Lei. A Lei 72/2022, como é sabido, em Valongo há um processo já em Tribunal, vamos ver o que é que dá, agora da parte da Câmara Municipal independentemente dos tribunais que depois onde desenvolver o que tiver que ser desenvolvido, da parte da Câmara Municipal nós não estaremos mais disponíveis para este tipo de Parques Fotovoltaicos. Portanto, isto que eu disse aqui agora disse-o no início, há muitos meses atrás, já o disse e o que se está a fazer, aliás, o que se está a fazer é este caminho, é este processo, é este desenvolvimento. Relativamente a essa matéria estamos conversados, mas posso acrescentar que a questão da arborização, também não sei qual é o Concelho que planta mais árvores que a Câmara Municipal de Famalicão, tem de o dizer, porque o riso e o sorriso não trazem respostas, tem de dizer quais são, digam quais são. Eu tinha um objetivo, 30 mil árvores até 2030, vai ficar concretizado em 2023, 30 mil, tenho um objetivo de mais 30 mil até 2030 e vamos ver se trabalhamos no sentido de antecipar também essa meta, porque todos nós gostamos de árvores, e Famalicão vai continuar a ter muitas árvores, aliás, nós queremos reforçar

o número de árvores que temos em Famalicão e vamos conseguir como temos conseguido em tudo aquilo que nós dizemos. Portanto, eu sei que às vezes é duro ouvir isso, era muito mais fácil fazermos muito menos, deixar andar, mas nós fazemos, temos esse defeito porventura, nós fazemos e não é pouco. E, portanto, nesta área das alterações climáticas do roteiro para a neutralidade carbónica, da ação para as alterações climáticas, o projeto Life e tudo aquilo que estamos a desenvolver, entre muitas outras coisas que já referi, os parques fotovoltaicos, a arborização, temos aqui grandes contributos e obviamente, que estamos sempre muito recetivos para ajudar que os cidadãos e as organizações ajudem a Câmara Municipal e o País a desenvolverem-se nesta matéria, por forma, a que nós contribuamos para a neutralidade carbónica do País, não basta só dizer como eu disse há pouco e me repito, dizer que eu quero a neutralidade mas não quero que se faça absolutamente nada. Foi basicamente o que eu ouvi aqui, não, nós temos que fazer, obviamente isto é que é difícil, é criar a fórmula necessária para mantermos a floresta como queremos, mas alcançar a neutralidade carbónica. Relativamente a estas matérias, estou-me a repetir várias vezes naquilo que eu já disse, o percurso será este, está a ser desenvolvido este, já aprovamos o Parque porque achamos que era o melhor terreno em Famalicão para se instalar um Parque daquela natureza, já perguntei várias vezes e até na reunião de Câmara, um senhor Vereador que porventura disse que não é aquele, e eu perguntei qual era, e ainda estou à espera de resposta. Aquele terreno tanto quanto os técnicos da Câmara avaliaram era o melhor terreno, não são 80 hectares é um pouco mais que 50 hectares, dos quais na maior parte eram eucaliptos, alguns pinheiros e tem os sobreiros que eu lamento imenso, e estamos a tentar com um promotor para que no cume daquelas parcelas de terreno, sejam plantados determinados tipos de árvores e que não seja usado para painéis fotovoltaicos, estamos a tentar, já existiram algumas conversas, sabemos que nem sempre e neste caso em particular não é fácil, mas vamos tentar e quando nós

tentamos, normalmente conseguimos, mas deixo aqui algumas reticências porque ainda não está fechado, que é usar ali não sei se é 1 hectare ou 2 hectares, por forma, a que se coloque naquele topo, naquele extremo que tem uns rochedos muito interessantes, que porventura, se coloque ali também árvores autóctones, nós também queríamos muito que isso sucedesse, e portanto estamos a tentar e vamos ser persistentes. Acho que o caminho é este, ninguém me apresentou um caminho melhor a este, não sei dizer olhe não faça nada, isso para mim não é caminho e eu tenho que fazer muito e todos os dias. Portanto, aqui na questão da neutralidade carbónica, também vamos sê-lo, estamos a fazê-lo aliás, já somos o Concelho que mais contribui para a neutralidade carbónica, que nós também precisamos de obter também no nosso Concelho não é só no País, é também no nosso Concelho não nos esqueçamos disso. Aliás, no âmbito do Roteiro Carbónico, estamos com uma organização muito competente, também a ajudar-nos a desenvolver mais medidas por forma a que o alcancemos, portanto, basicamente no que respeita à questão do Parque Fotovoltaico eram estas matérias. -----

- No que respeita a uma outra questão que foi aqui colocada, o incremento no valor da obra que falou da central de camionagem na estação rodoviária, como é sabido, ainda por cima as obras que começaram no âmbito da pandemia foram sujeitas a alteração de preços muito significativas, por isso, o Governo desenvolveu a revisão de preços ordinária exatamente para compensar as perdas, ou os défices que existiam nesse tipo de obras. E, portanto, o que nós estamos a fazer, obviamente, é atender os promotores e os serviços técnicos fazem o devido estudo e depois se nós tivermos que pagar, e estamos a pagar felizmente que temos recursos para o fazer, pagar por forma a que as obras sejam concluídas, a estação rodoviária é mais uma, claro que as obras novas já serão diferentes porque os preços já serão ajustados à realidade, mas as obras começaram em 2019 e em 2020 obviamente que estavam desajustadas. No mais, penso que respondi às questões naquilo que era essencial.-----

**---APROVADAS EM MINUTA DE ATA TODAS AS DELIBERAÇÕES TOMADAS-----**

E nada mais havendo a tratar, foi dada a reunião como encerrada onze horas e trinta minutos.-----

**-----O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO -----**

-----

**----- A SECRETÁRIA -----**

-----

--- Fazem parte integrante desta ata os seguintes documentos:-----

--- Registo de Presenças;-----

--- Documentos referentes aos pontos, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze e doze.-----

--- Minutas de atas referentes aos pontos, quatro, cinco, seis, sete, oito, dez, onze e doze.

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----



-----

-----

-----

-----

-----

-----